



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Maria Josiete Silva de Araujo

SEPARAÇÃO CONJUGAL E A FAMÍLIA NA VISÃO SISTÊMICA

Palmas – TO

2017

Maria Josiete Silva de Araújo

SEPARAÇÃO CONJUGAL E A FAMÍLIA
NA VISÃO SISTÊMICA

Trabalho de conclusão de curso (TCC) II elaborado e apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Profa. Mc Cristina D'Ornellas Filipakis

Palmas – TO

2017

Dados internacionais da catalogação na publicação.

Araújo, Maria Josiete Silva de

A663s Separação conjugal e a família na visão sistêmica / Maria
Josiete Silva de – Palmas, 2017
46 fls, il.29 cm.

Orientação: Prof^a. Mc. Cristina D'Ornellas Filipakis
TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Psicologia - Centro
Universitário Luterano de Palmas. 2017

1. Família. 2. Casal. 3. Separação Conjugal. 4. Terapia
Sistêmica. I. Filipakis, Cristina D'Ornellas. II. Título III.
Psicologia.

CDU: 159.9

Maria Josiete Silva de Araújo
SEPARAÇÃO CONJUGAL E A FAMÍLIA
NA VISÃO SISTÊMICA

Trabalho de conclusão de curso (TCC) II elaborado e apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Profa. Mc Cristina D'Ornellas Filipakis

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Mc. Cristina D'Ornellas Filipakis
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Profo. Mc. Wayne Francis Mathews
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Profa. Mc. Rosângela Veloso Morbeck
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO
2017

Dedico a Deus, por ter me dado forças e suporte para superar os dias difíceis, a minha mãe, que muito me ajudou me incentivando a nunca desistir. As minhas filhas, que estiveram sempre presentes na minha vida, nos momentos difíceis e nos momentos tranquilos, a meu esposo, que muito tem me ajudado, principalmente nessa reta final, e a todos que contribuíram de forma direta e indireta, meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, às minhas filhas, ao meu esposo, às minhas irmãs Joselita e Ed'leuza, a todos os meus familiares, agradeço todos os professores que tanto contribuíram para o meu amadurecimento e crescimento profissional, sempre com muito respeito e dedicação.

Agradeço a minha mãe e as minhas filhas Grace Kelly, Jessica Dayana e Karla Danielly, pelo amor e carinho, por estarem ao meu lado em todos os momentos, o que me dá forças e coragem para seguir em busca da realização de todos os meus sonhos.

Agradeço ao meu esposo pelo companheirismo, apoio, paciência e compreensão pelos momentos ausentes, e pelos finais de semanas comprometidos. Pela possibilidade de estarmos vivendo essa fase de crescimento, amor, sonhos, respeito e cumplicidade que é o nosso casamento.

À minha banca examinadora, Cristina D'Ornellas, Wayne Francis e Rosângela Veloso, pelo vasto conhecimento compartilhado ao longo das etapas deste trabalho. Em especial, a minha orientadora Cristina D'Ornellas, que além de professora, e profissional exemplar, foi orientadora deste trabalho, sempre surpreendendo com suas grandes contribuições. Enfim, a todos vocês meu muito OBRIGADA.

“O tempo é muito lento para os que esperam, muito rápido para os que tem medo, muito longo para os que lamentam, muito curto para os que festejam. Mas, para os que amam, o tempo é eterno”.

William Shakespeare

RESUMO

ARAÚJO, Josiete Silva. SEPARAÇÃO CONJUGAL E A FAMÍLIA NA VISÃO SISTÊMICA. 2017. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2017.

O presente trabalho discute a respeito da separação conjugal e a família na visão sistêmica, trazendo informações substanciais que podem facilitar a compreensão, da relação conjugal e familiar em um processo de separação, como também compreender os fatores que corroboram para a separação conjugal. Diante disso utilizou-se a pesquisa teórica que é aquela que monta e deslinda quadros teóricos de referência (DEMO, 1987). Tendo em vista as potencialidades e transformações culturais e da família como também novas conquistas da mulher no mercado de trabalho. Pretende-se, evidenciar potencialidades e transformações necessárias que contemplem as primordialidades dos cônjuges e contribuir para uma reflexão acerca das dificuldades conjugais, tendo como objetivo principal descobrir como a visão sistêmica pode auxiliar na relação conjugal e da família em um processo de divórcio. A análise da pesquisa obteve um resultado positivo onde, de acordo com a revisão bibliográfica, foi possível destacar que a separação conjugal origina não só das transformações culturais, mas de uma crise familiar que pode ser elaborada de uma forma menos ou mais adaptativa. Evidenciando assim que, o profissional de psicologia, mais precisamente o terapeuta familiar e de casal ao realizar mediação, em casais e na família, procura potencialmente, servir aos interesses dos membros da família e dos cônjuges visando proporcionar um bom relacionamento no meio familiar e conjugal. Nessa perspectiva cabe a Psicologia promover espaço de escuta e reflexão que viabilizem aos sujeitos a introjeção desses novos papéis, Brito et al., (2010) propõe para que as mágoas e frustrações oriundas da separação não prejudiquem o exercício parental dos cônjuges. Nesse contexto que vulnerabiliza toda família, a relação entre os membros não de ser fortalecida para o desenvolvimento familiar saudável. Desta forma, entende-se que cada família deverá descobrir um novo estilo de (re) estruturação, cabendo ao terapeuta familiar auxiliá-la neste caminho singular, para que os papéis de cada um possam ser redefinidos através do desejo real de assumir suas próprias vidas.

Palavras chaves: Família. Casal. Separação Conjugal. Terapia Sistêmica.

ABSTRACT

El presente trabajo discute acerca de la separación conyugal y la familia en la visión sistémica, trayendo informaciones sustanciales que pueden facilitar la comprensión, la relación conyugal y familiar en un proceso de separación, así como comprender los factores que corroboran para la separación conyugal. Ante ello se utilizó la investigación teórica que es aquella que monta y desliza cuadros teóricos de referencia (DEMO, 1987). Teniendo en cuenta las potencialidades y transformaciones culturales y de la familia, así como nuevas conquistas de la mujer en el mercado de trabajo. Se pretende evidenciar potenciales y transformaciones necesarias que contemplen las primordialidades de los cónyuges y contribuir a una reflexión acerca de las dificultades conyugales, teniendo como objetivo principal descubrir cómo la visión sistémica puede auxiliar en la relación conyugal y de la familia en un proceso de divorcio. El análisis de la investigación obtuvo un resultado positivo donde, de acuerdo con la revisión bibliográfica, fue posible destacar que la separación conyugal origina no sólo las transformaciones culturales, sino de una crisis familiar que puede ser elaborada de una forma menos o más adaptativa. El profesional de psicología, más precisamente el terapeuta familiar y de pareja al realizar mediación, en parejas y en la familia, busca potencialmente, servir a los intereses de los miembros de la familia y de los cónyuges para proporcionar una buena relación en el medio familiar y conyugal. En esta perspectiva cabe la Psicología promover espacio de escucha y reflexión que viabilicen a los sujetos la introyección de esos nuevos roles, Brito et al., (2010) propone para que las penas y frustraciones oriundas de la separación no perjudiquen el ejercicio parental de los cónyuges. En este contexto que vulnerabiliza a toda la familia, la relación entre los miembros ha de ser fortalecida para el desarrollo familiar sano. De esta forma, se entiende que cada familia deberá descubrir un nuevo estilo de (re) estructuración, cabiendo al terapeuta familiar auxiliarla en este camino singular, para que los papeles de cada uno puedan ser redefinidos a través del deseo real de asumir sus propias vidas.

Palabras claves: Familia. Pareja. Separación Conyugal. Terapia Sistémica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Fatores que contribui para separação conjugal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Registros de divórcios no Brasil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TF	Terapia Familiar

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
1.1 Percurso Metodológico.....	17
1.1.1 <i>Local e Período da Pesquisa</i>	18
1.1.2 <i>Objeto de Estudo</i>	19
1.1.3 <i>Critério Inclusão e Exclusão</i>	19
1.1.4 <i>Instrumentos de Coletas de Dados</i>	19
2. A FAMÍLIA E SUAS MUDANÇAS HISTÓRICAS	21
3. CONTEXTOS FAMILIARES QUE CONTRIBUEM PARA A SEPARAÇÃO CONJUGAL.....	25
4. TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA E DE CASAL	30
5. CONTRIBUIÇÕES DA VISÃO SISTÊMICA PARA COMPREENSÃO DA SEPARAÇÃO CONJUGAL NO CONTEXTO FAMILIAR	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
7. REFERÊNCIAS	39

1.INTRODUÇÃO

O casamento é considerado um conceito social existente em diversas culturas e em todas as épocas, mas que sofreu transformações ao longo da história. Estas mudanças referentes às novas formas de configuração conjugal, famílias, papéis e interações, são consideradas por alguns autores, como uma maneira de responder às exigências da sociedade contemporânea e atual, sendo esta marcada por normas e valores que estão em constante modificação (MENEZES, 2006).

No entanto, Moraes (2001) afirma que, em meio a essa contemporaneidade, houve a evolução da mulher na participação nos diversos seguimentos, exercendo funções antes ocupadas exclusivamente por homens. Moraes ressalta que com o aumento de mulheres ingressando no mercado de trabalho e conquistando a independência financeira, ocorreram novos arranjos familiares, com significativas mudanças nas relações entre os gêneros, como também na separação entre as funções conjugais e parentais.

Portanto, diante de novas alterações intrafamiliares, tem provocado (mudanças) nos padrões do ciclo de vida, entre as quais se pode citar o menor índice de natalidade, as transformações no papel da mulher, conforme citado, o aumento da expectativa de vital e, o acréscimo no rol de separação conjugal, imprimindo outras configurações e desafios para o sistema familiar como o de tarefas a serem enfrentadas (AHRONS, 2007; CARTER E MCGOLDRICK, 1980/1995; FONSECA, 2004).

Diante das exigências de novas formas de configuração na conjugalidade, e de separação de papéis entre os cônjuges, esses reflete na construção da identidade do casal, ou seja, de um “eu-conjugal”, conforme Singly (1988), o qual expõe que essa identificação vai sendo construída através das interações estabelecidas entre o cônjuge. Willi (1995), ao definir o casamento como uma relação diferente de todas as outras, argumenta que quando duas pessoas decidem que viverão juntas, cada uma terá que se modificar internamente e se reorganizar.

Assim, com a evolução da sociedade, novas formas de reorganização da conjugalidade acabaram surgindo, tendo em vista outros moldes de ser família, não mais no modelo nuclear, heterossexual e indissolúvel de outrora (MENEZES, 2006).

Portanto, essa reorganização é de suma importância, no processo do relacionamento conjugal, para a construção de uma nova identidade marital. Enquanto a identidade individual vai se ajustando, levando os cônjuges a uma redefinição de sua identificação conjugal, segundo afirma Singly (1988), mencionado anteriormente. Essa identidade implica em novos ajustes entre os casais, principalmente adotar medidas de comunicação eficientes.

Portanto, essa complexidade relacional existente entre o casal está sempre em uma contínua construção tanto da relação a dois, quanto como indivíduos. Para isso, muitas vezes é necessário “dá oportunidade para que surjam possíveis modificações de atitude: aceitar, decidir, ressignificar, negociar”. (PONTES, 2006, p.56).

Diante do processo de busca por novos ajustes, Caruso (1989) descreve que os cônjuges se deparam com inúmeras dificuldades, quando não superadas, geram conflitos e poderão propiciar separação dos casais. Desse modo, Caruso enfatiza que os conflitos contribuem para um ambiente hostil e opressor, e, nessa altura acontece o momento crucial, que seria a dor, o sofrimento da separação. Dor essa que se torna difícil de transpassar o processo de sofrimento.

De acordo com Féres-Carneiro (2003), na sociedade contemporânea as separações conjugais aumentaram, porém, isso não significa o desprezo ao casamento, mas, ao contrário, sua valorização. Féres parte da que o casamento ainda é uma instituição fundamental para a maioria das pessoas, pois, quando o matrimônio não corresponde às expectativas do casal, ocorre a separação. Nesses termos, as pessoas se separam porque esperam mais de seus cônjuges, portanto, diante de uma expectativa frustrada passam a iniciar uma busca por novas relações e até outro casamento.

Esse dado pode ser confirmado pela pesquisa realizada por Féres-Carneiro (2003), em uma amostra incluindo homens e mulheres de classe média, neste fragmento a autora tinha em vista investigar como esses sujeitos vivenciaram o processo de dissolução do casamento e reconstruíram suas identidades após a separação.

Feres não só evidenciou a forma de como eles vivenciaram essa experiência após a separação. Observou que na grande maioria dos casos de ruptura, as decisões foram das mulheres, sendo que os homens também tomam essa decisão, não em alta escala como o gênero feminino, e que o masculino confirmara esse resultado em suas percepções, conforme confirmam Féres-Carneiro (2003), acima descrito.

No entanto, casais com padrão inseguro acreditam que comunicar sobre suas dificuldades e demonstrar emoções negativas são a melhor forma de resolver seus problemas. Porém, o

casal cujos membros não se consideram capazes de continuar tentando ultrapassar suas dificuldades.

Pontes (2006) aponta que esses indivíduos, geralmente, mantêm um padrão de comunicação que impede ou dificulta a forma de pensar e ver a vida e as situações complexas. Funcionando como alguém que se direciona por meios de influências negativas do passado de seus familiares, com graves distorções.

Sendo assim, sua capacidade de adaptação fica comprometida, dificultando ainda mais a convivência e a comunicação distanciando da resolução dos problemas, tornando-os cada vez mais intensos. (FÉRES-CARNEIRO, 1995).

Dessa forma, quando se têm dificuldade de expor suas frustrações ou problemas, e também quando o sofrimento passa a ser apresentado por uma linguagem não verbal, “as insatisfações e as situações dolorosas podem paralisar o indivíduo e o casal”. (PONTES, 2006, p.60).

Deste modo, Caruso (1989) ainda esclarece que a separação conjugal, é uma das mais dolorosas experiências pelas quais pode passar o ser humano, é um processo complexo, vivido em diferentes etapas na vida de cada membro do casal. Porém, no diálogo entre eles e na explicitação para o contexto social que os circunda, nem tudo é falado. Os cônjuges costumam deixar, algum sentimento de mágoa, ressentimento e tristeza, guardado e assim, como descreve o autor, gerando dor e sofrimento, os quais são gerados pelos constantes conflitos no relacionamento.

Esses conflitos constituem um aspecto central dos relacionamentos íntimos, particularmente das relações de casais e familiares, uma vez que o alto nível de interdependência entre os seus membros favorecem o surgimento de situações conflituosas (TURNER; WEST, 1998). Eles são comuns dentro do relacionamento conjugal, cujo contexto é permeado por um constante confronto entre a individualidade dos cônjuges e a conjugalidade do casal (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

Portanto, para Féres-Carneiro (1998) estes conflitos quando se tornam recorrentes e/ou comuns, causam grandes desgastes na conjugalidade, efetivando assim a separação. Porém, a separação conjugal significa estudar a presença da morte na existência, ou seja, na ruptura há uma sentença de perecimento recíproca: “o outro morre em vida, mas, falece dentro de mim (...) e eu também morro na consciência do outro” (p. 20). Essa morte, segundo afirma Caruso (1989), remete aos sentimentos, que restaram dentro dos cônjuges, de um para com o outro.

São sentimento de perda, solidão, vazio e tristeza, características que permeiam o período pós-divórcio.

Partindo desse ponto de sofrimento e dor, Caruso afirma que, muitos casais percebem o quanto precisam de ajuda. Decidem procurar os serviços dos profissionais de psicologia para terapia, com a demanda explícita de “se separarem” e ao longo do processo terapêutico entram em contato com o desejo de não romperem a relação, mantendo-se casados. Por outro lado, há casais que buscam atendimento psicológico com a demanda manifesta de “manterem o casamento” e no processo de terapia de casal, decidem por se separar.

Visher e Visher (1988) oferecem uma relevante contribuição ao destacar que os casais separados são constituídos de perdas, de modo que é muito importante que elas sejam reconhecidas e também elaboradas. Salientam com isso a importância do processo terapêutico de modo a auxiliar os casos para os quais esta resolução não é vivida de forma satisfatória.

Como enfatiza Féres-Carneiro (1998), o compromisso da terapia é com a promoção da saúde emocional dos membros da conjugalidade e não com a ruptura ou a manutenção do casamento, ou seja, a psicoterapia não se detém nas decisões dos cônjuges, porém, preocupa-se com o bem-estar biopsicossocial de cada membro.

Portanto, considerando as modificações referentes às novas formas de configuração conjugal, famílias, papéis e relações, satisfazendo as exigências da sociedade, conforme descrito anteriormente, segundo Menezes, 2006. Nessa perspectiva os dados de separações e de divórcios ocorridos no País foram incorporados ao conjunto de temas mencionados neste trabalho.

Assim, os registros de casamentos e separação conjugal das uniões legais contribuem para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas na sociedade brasileira no que se refere aos arranjos conjugais oficiais do País.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicou dados referentes as separações conjugais ocorridas no País. Foram incorporados ao conjunto de temas pesquisados pelo instituto, tendo como referência temporal o ano de 1984, (IBGE, 2014, vl.41).

Segundo os dados fornecidos pelo IBGE (2007) de que o número de homens requerentes no processo de divórcio esteja aumentando devido ao interesse em uma vida de solteiro. Ao considerar os dados brasileiros, com base no IBGE, verifica-se que, somente no ano de 1994, foram registrados 29 690 casamentos entre divorciados e solteiras, 11 528 entre divorciadas e solteiros, e 5 867 entre ambos os gêneros. A proporção de casamentos entre

indivíduos divorciados com cônjuges solteiros é crescente, principalmente entre homens separados que se casam com mulheres solteiras. O índice que, em 1995, era de 4,1% foi para 6,3% no ano de 2005 (IBGE, 2007).

O IBGE (2015) compara os números de separação, em pesquisa feita de 2004 a 2014. De acordo com a pesquisa, o número de separação no país cresceu mais de 160% neste período. Dados da pesquisa estatística do Registro Civil de 2014, divulgados pelo IBGE dia 30/11/2015, indicam que no ano de 2014 foram homologadas 341,1 mil separações, um salto significativo sobre 2004, quando foram registradas 130,5 mil divórcios, referente à população geral do País.

Registros de separação concedidos ou realizados por escrituras extrajudiciais¹, segundo o ano da ocorrência - Brasil - 1984/2014

Tabela 1 – Registros de divórcios no Brasil

Ano da ocorrência	Registros de divórcios concedidos ou realizados por escrituras extrajudiciais
1984	30 847
1994	94 126
2004	130 527
2014	341 181

Fonte: IBGE, 2014

Na avaliação do IBGE, a elevação sucessiva, ao longo dos anos, dos números de divórcios concedidos revela uma gradual mudança de comportamento da sociedade brasileira. Passou a aceita-lo com maior naturalidade e a acessar os serviços de Justiça de modo a formalizar as dissoluções dos casamentos. As facilidades para a separação conjugal e a diminuição da influência da própria sociedade e da família tornaram a separação um acontecimento mais aceitável. Uma mostra disso são os números elevados de dissoluções conjugais no Brasil desde 2004 até 2014, segundo o IBGE (2015).

Em contrapartida, os índices nos anos anteriores a 2004 foram, de 1984 a 1994, evidenciam menos registros em comparação com os períodos subsequentes. Foram contabilizados 30,8 mil divórcios. Em 1994, foram registrados 94,1 mil casos, representando um acréscimo de 205,1% sobre 1984. Em 2004, com 130,5 mil casos, o aumento foi de 38,7%. No confronto entre 1984 e 2004, no entanto, o crescimento foi de 1.007%, considerando o aumento da população no País.

¹ A lei nº 11.441/2007 inovou no ordenamento jurídico brasileiro vigente à época e trouxe para a sociedade a imensa facilidade de se efetuar o divórcio por meio extrajudicial, ou seja, no cartório.

Percebe-se que, diante dos índices apresentados, há inúmeros fatores que possivelmente tenha causado esse aumento na separação conjugal, conforme elencado anteriormente, principalmente possíveis condutas adotadas entre os cônjuges podem ser uma das principais causas.

Diante do exposto, este trabalho busca conhecimento sobre as transições no contexto familiar e de casais separados e os fatores que corroboraram para a separação conjugal. Ao passo que procura nesse sentido, informações substanciais que poderão facilitar a compreensão de suas vivências, evidenciar potencialidades e transformações necessárias que contemplem as primordialidades dos cônjuges e, contribuir para uma reflexão acerca das dificuldades conjugais.

Com base nessas evidências, pretende-se buscar o conhecimento e resolução do **problema de pesquisa**: Como a Terapia Familiar Sistêmica e de casais pode contribuir para as razões da separação conjugal.

Deste modo, pretende-se discutir quais elementos relevantes contribuintes para o acontecimento dessa compreensão no contexto familiar de casais separados.

Neste sentido, o **objetivo geral** da pesquisa é de analisar, quais fatores contribuem para a separação conjugal e da família e quais contribuições da terapia familiar sistêmica para compreensão na ruptura da conjugalidade.

Nesse sentido, a busca por respostas para o problema de pesquisa foi orientada pelos seguintes **objetivos específicos**: 1- Compreender a constituição familiar e suas mudanças históricas; 2- Compreender os fatores que contribuem para a separação conjugal; 3- Apresentar as contribuições da visão sistêmica para a compreensão da separação conjugal.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Diante das pesquisas e buscas por informações e dados, percebe-se que existem pesquisas e estudos sobre separação conjugal no contexto familiar. Porém, há pouco estudo com relação às contribuições da terapia sistêmica, na família e em casais, isso se dá, não porque não exista demanda, mas, por haver pouco interesse por pesquisas neste campo. Mesmo assim, o tema em questão chama atenção pelo fato de dar importância para os fatores que ocorrem no contexto das famílias levando os casais a separação conjugal.

Portanto, caracteriza-se por ser uma pesquisa de **abordagem qualitativa** e preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações conjugais.

Conforme Minayo (2003), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Portanto, é de **natureza básica**, objetiva gerar novos conhecimentos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação e prática prevista. Envolve verdades e interesses universais. Quanto ao seu **objetivo exploratório**, caracteriza-se por proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

Esse trabalho, abarca: (a) levantamento bibliográfico e; (b) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Essa pesquisa pode ser classificada como: pesquisa bibliográfica (GIL, 2007). Quanto ao seu **procedimento bibliográfico, a pesquisa bibliográfica**, é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Portanto, todo e qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Esse tipo de pesquisa é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema proposto.

1.1.1 Local e Período da Pesquisa

Quanto ao local, foi realizado em Palmas - TO, no CEULP/ULBRA no laboratório, sala 718, e tendo início no mês de agosto/2016 e se estendendo a junho/2017.

1.1.2 Objeto de Estudo

O objeto de estudo foram os casais separados, e seus contextos, antes e depois da separação, e os contextos familiares da separação conjugal.

1.1.3 Critério Inclusão e Exclusão

Devido ao número reduzido de trabalhos já elaborados e publicados sobre o tema, principalmente artigos científicos, livros e revistas, o critério de inclusão aconteceu de forma classificatória sob a perspectiva dos temas mais aproximados.

Assim, considerou-se os seguintes temas: Separação, Divórcio e Recasamento; Divórcio e Conjugalidade; Separação, Divórcio e Recasamento na Contemporaneidade; Transições Familiares; Família Nuclear (Originária) na Contemporaneidade; Terapia Família; contribuições da teoria sistêmica; Terapia Familiar Sistêmica; Transições Familiares,

O critério de exclusão ocasionou nas ocorrências em que os temas relacionados à família eram trabalhos voltados para abordagens jurídicas e referentes a serviço social.

1.1.4 Instrumentos de Coletas de Dados

A coleta de dados desenvolveu-se a partir de análise da literatura brasileira nos seguintes bancos de dados: Index-Psi, Scielo, BSV-PSi e Pepsic, utilizando-se os descritores divórcio, recasamento e transições familiares, terapia familiar, terapia familiar sistêmica, divórcio, conjugalidade e recasamento nos dias atuais, sendo materiais já elaborados e publicados, constituídos principalmente de livros, revistas e artigos científicos.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, as análises foram feitas através da integração dos principais subsídios teóricos disponíveis sobre o tema estudado, e revisão metódica de literatura, onde a apresentação dos dados da pesquisa dar-se-á através da elaboração de textos reflexivos.

Segundo afirma Fonseca (2002, p. 32), o conteúdo proposto pela pesquisa a partir de levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas a respeito do tema estudado, trata-se de um procedimento bibliográfico. Desta forma, a análise foi realizada através da integração dos principais subsídios teóricos disponíveis sobre o tema em questão.

Para uma melhor compreensão do conteúdo deste trabalho, estruturou-se a pesquisa da seguinte forma: seção 1 introduz o trabalho de modo geral, apresentando seu problema de pesquisa e os objetivos; A seção 2 desenvolve o referencial teórico que o embasa um resumo sobre Compreender a constituição familiar e suas mudanças históricas; Compreender os

fatores que contribui para a separação conjugal; Apresentar as contribuições da visão sistêmica para a compreensão da separação conjugal; A seção 3 apresenta as análises, as considerações finais, e em seguida as referências.

2. A FAMÍLIA E SUAS MUDANÇAS HISTÓRICAS

A família é considerada como a primeira instituição social, que em parceria com outras instituições como Igreja, a Escola e o Estado, buscam garantir o bem-estar dos seus membros e da sociedade, proporcionando proteção. Conforme ressalta Fabrino (2012, p. 19), a família é:

Considerada como a unidade social mais antiga e mais importante a que se tem notícia, a família possui diversas formatações e funções; é uma Instituição milenar que vem garantindo a organização social e a reprodução de costumes e valores. São formadas por relações conjugais ou consanguíneas (parentesco). Fabrino (2012, p. 19)

A família como unidade social antiga ainda exerce funções relevantes na construção do indivíduo, tanto no caráter como na construção da personalidade, porém, algumas famílias se distanciaram desses papéis apresentados, causando desajuste nas relações de seus membros (FABRINO, 2012).

Diante dessa realidade, é importante encarar as crises da vida a dois e resgatar o valor do afeto nas famílias, transformando o caos em matéria-prima para o crescimento humano (BARRETO, 2008; SAWAIA, 2008). Com efeito, Osório (2013) afirma que é este resgate que garante o melhor aproveitamento das potencialidades do indivíduo para que se crie uma sociedade mais harmônica e promotora de bem-estar coletivo e familiar.

É também um sistema dinâmico, porque muda continuamente para se adaptar às circunstâncias históricas e sociais e aos estágios de transição que fazem parte do seu desenvolvimento (MINUCHIN, 1990; MINUCHIN e al., 1999).

Mesmo tendo sofrido (alterações), ao longo dos anos, a família ainda exerce o poder de garantir aos seus membros (proteção), e em parceria com outras instituições, busca garantir o bem-estar de seus membros. Ademais, a família é considerada uma das instituições sociais básicas, não competindo ao único papel de manter a sobrevivência da espécie humana, mais fundamentalmente de proteção, conforme afirmam Gomes; Tarcisa Bezerra (2012, p. 4), que a família, atua no papel de “socialização dos membros, na transmissão transcultural, forma, econômica, de solidariedade entre gerações”.

No entanto, Carter e McGoldrick (1995) pontuam, em pesquisas com famílias americanas, que a união de famílias no casamento se constitui como segunda etapa do ciclo de vida da família, que é precedida pela saída de casa dos jovens solteiros. Essas visões sobre as etapas da formação da conjugalidade no ciclo vital familiar não são excludentes: as autoras

compartilham a constatação de que, devido às transformações contínuas sofridas pela família e pela sociedade, torna-se cada vez mais difícil caracterizar a fase do ciclo vital em que se encontram indivíduos e famílias.

Portanto, o ciclo de vida de uma pessoa acontece dentro do ciclo familiar, que é o contexto primário do desenvolvimento humano, e suas intersecções constroem a trama da vida familiar. Com isto, não há um ponto de partida predeterminado para compreender o ciclo familiar. Devemos considerar que a família é como um sistema movendo-se através do tempo, não de forma linear, mas como uma espiral. (CARTER E MCGOLDRICK, 1995).

Sendo assim, conforme Biasoli-Alves, et al (2000), torna-se evidente que não há um modelo único, no país, de organização familiar, o que leva a utilizar o termo famílias e não família brasileira. A diversidade de povos no Brasil, formada pela mistura de imigrantes oriundo de diversos países, impõe diferenças religiosas, regionais, de estruturas, costumes e tradições às famílias (NOLASCO, 2001; TORRESS & DESSEN, 2008).

Na década de 20 e 40, neste período predominava a família nuclear, com muitos filhos, havendo uma hierarquização nas relações familiares e uma divisão de tarefas em virtude do gênero. Porém, a década de 50 e o início da década de 60 foram caracterizados pelo movimento de nuclearização da família que marcou duas décadas precedentes. (VAITSMAN, 1994; VIEIRA, 1998).

Conforme os Vaitsman e Vieira, a explosão do capitalismo industrial e a coexistência predominantemente agrária e do crescente êxodo rural influenciaram a composição e os modos de vida familiar da modernidade (ALMEIDA, 1987). Na década de 50, as famílias eram constituídas basicamente por pai, mãe e filhos que dependiam do pai, economicamente, e o obedeciam afetivamente.

“Esse novo arranjo familiar consolidava definitivamente o espaço privado e o individualismo” (GALANO, 2006, p. 124). Além disso, devido à nova tendência de diminuição do número de descendentes. A partir dos anos 50 e começo de 60, os casais passaram a ter uma média de três a quatro filhos, diferindo da geração anterior, que tinha um número grande de proles (MONTEIRO, 1998).

No âmbito das relações sociais, começava uma nova trajetória social da mulher, com a ascensão do movimento feminista, a revolução técnico-científica e o desenvolvimento acelerado de novas ciências, especialmente as humanas (TRINDADE, 2001). Esses eventos ganharam espaços e foram aos poucos conquistando o pensamento social nesses períodos, especialmente no que diz respeito às mulheres (VAITSMAN, 1994).

Obviamente, as repercussões foram inegáveis para a divisão de papéis sexuais, tanto no espaço público quanto no espaço privado, incluindo o da família (CHAVES, 2011). No tocante a família, a mulher ainda mantinha seu papel exclusivamente voltado para a maternidade, sendo rigorosa no cuidado da casa e na educação dos filhos, complementando o papel do pai, que era quem exercia a autoridade e se responsabilizava pelo sustento financeiro do lar (SIMIONATO-TOZO & BIASOLI-ALVES, 1998).

Observa-se nesses períodos que a classe feminina ganhou espaço, passou a exercer novos papéis, porém, foi no final da década de 60 que o papel da mulher se modificou expressivamente, com mudanças evidentes e relevantes na família, passando a exercer cargos que, anteriormente, pertencia exclusivamente aos homens (DESSEN & BRAZ, 2005).

Na atualidade o casamento assume características condizentes com as mudanças ocorridas no contexto sócio histórico em que vivemos. Se, anteriormente o casamento era visto como indissolúvel, conduzindo homens e mulheres a histórias de em prol da sociedade, família e bons costumes, na atualidade homens e mulheres experimentam relações e coabitações antes de uma decisão que não mais será necessariamente, até que a morte os separe.

Dessa forma, essas mudanças e avanços na rotina das mulheres, por um lado, possibilitaram a evolução da mulher nos aspectos profissionais e culturais, por outro lado, contrapondo ao seu destino, outrora predefinido, devido à cultura marxista, sendo aos poucos distanciando do seu papel de mãe e dona do lar, ou administradora do lar, embora, mesmo a mulher assumindo esse papel, ela sempre exerce diversas funções dentro do lar. Contudo, conforme afirmam Dessen & Braz (2005), a mulher vem assumindo cargos que anteriormente pertenciam aos varões, causando desconforto no casamento.

Destaca-se dessa nova realidade que a mulher haveria de conquistar seu espaço nos mais diversos ambientes os quais outrora era imposto só para homens, como na política, aeronáutica e nos demais mercado de trabalho, conforme afirma Dessen & Braz (2005), e ainda afirmam que a partir daí a mulher passou a assumir uma atitude mais ativa e decisiva na sociedade e no casamento.

Dessa forma, o ingresso da mulher no mercado de trabalho remunerado começou a formatar um novo modelo de casamento, com mais autonomia dos cônjuges e com responsabilidades compartilhadas, de forma que a mulher passou a exercer um outro papel na relação, com espaço e direitos preservados.

Contudo, Bauman (2004) esclarece que, diante dessas conquistas, novos papéis assumidos por ambos os cônjuges, na sociedade moderna, se tornam mais consumistas e individualizados e produzem grandes dificuldades de relacionamento entre os parceiros, os familiares e as pessoas, em geral.

Bauman destaca a figura do “homem sem vínculos”, principal característica das pessoas em nossa época. Na modernidade, as pessoas se sentem desligadas umas das outras e, assim, desejam relacionar-se. Contudo, os relacionamentos não têm garantia de permanência, e podem mudar ou ser desfeitos a qualquer momento e por diversas vezes.

3. CONTEXTOS FAMILIARES QUE CONTRIBUEM PARA A SEPARAÇÃO CONJUGAL

A união conjugal entre um homem e uma mulher, visando compartilhar aspectos de suas vidas, sempre esteve presente na história da humanidade, assumindo diferentes características de acordo com o contexto político, social, religioso, cultural e econômico de cada momento histórico.

O casamento é, portanto, uma construção social que tem como finalidade garantir a reprodução dos grupos de maneira controlada (PUGA, 2007). Porém, aceita-se que as pessoas optem por estilos de vida que incluem ficar solteiro, viver com um parceiro de qualquer dos sexos, divorciar-se, casar-se novamente e não ter filhos (PAPALIA, OLDS & FELDMAN, 2006). Nesse contexto as separações conjugais são cada vez mais frequentes nas sociedades ocidentais, havendo elevada porcentagem de separações e divórcios no país.

Buscando compreender melhor, como se dá o processo de separação, o quadro, apresenta os fatores que, segundo pesquisas, de alguns autores, contribuem para separação conjugal:

Quadro 1 - Fatores que contribui para separação conjugal

Autor/Ano	Fatores
Gimeno (1999)	<ul style="list-style-type: none">• Ruptura com a família Originária e Isolamento; busca pela realização pessoal, independência financeira
Ríos González (2005)	<ul style="list-style-type: none">• Falhas na base familiar inicial
Carter e Mcgoldrick, (1995); Bauman, (2004).	<ul style="list-style-type: none">• Transformações na sociedade e no relacionamento conjugal contemporâneo
Anton, (2002)	<ul style="list-style-type: none">• Liberdade imersa em muitas expectativas, motivadas por falsos aspetos transgeracionais, perda do amor, presença de um relacionamento extraconjugal, esfriamento sexual, conflitos constantes, interferência dos pais dos cônjuges, falta de dedicação ao casamento.
Carter e McGoldrick (2001)	<ul style="list-style-type: none">• Mulheres que casam com idade menor que 20 anos ou após os 30 anos

Fonte: féres-Carneiro, T. (1998 - 2010) e Carter, B., & Mcgoldrick, M. (1995).

Ainda sobre o processo de separação, Gimeno (1999), aponta que já no final dos anos noventa, afirmava que a ruptura com a família extensa, incluindo amigos e comunidade/sociedade, era a causa do isolamento social, fator preditor de fracasso matrimonial. Em seus estudos, Gimeno encontrou diferenças em aspectos-chave da vida

familiar e pessoal, tais como: valores, hábitos, interesses, o exercício de papéis familiares ou na educação de filhos causam crises dolorosas e lesivas para a convivência.

Assim, entende-se que a separação causará efeitos no grupo familiar inclusive nos filhos. Estes efeitos geralmente são negativos para a criança ou adolescente que enfrenta o medo e as consequências de um lar desfeito. Pesquisas realizadas fora do Brasil apontam para duas percepções provocadas nos filhos. Isso se dá pelo efeito da separação que é “o medo, inconsciente ou consciente, de que o outro cônjuge também possa ir embora e a percepção de que os adultos não são confiáveis e nem honestos” (SCHABBEL, 2005, p. 14).

Além disso, cabe destacar, como outra consequência esperada, os momentos delicados e difíceis que o casal e os filhos passarão a conviver no que diz respeito às questões práticas como a guarda e a visita e aos aspectos emocionais como, por exemplo, a perda da convivência diária com um dos pais e os sentimentos de abandono, rejeição e desamor.

Para Cezar-Ferreira (1995) outra questão relevante é que nesse processo de separação, os filhos precisam cada vez mais dos pais, só que, muitas vezes, estes se encontram neste momento fragilizado e vulneráveis pelo rompimento, uma vez que há uma perda a serem elaborados e inúmeros sentimentos emergem, como a frustração por falharem no casamento, além dos aspectos práticos que precisam ser resolvidos.

Portanto ainda se tratando da perspectiva de vulnerabilidade, devido à ruptura, Ríos González (2005) destaca que as falhas no início da formação do casal, isto é, no período caracterizado como do sistema familiar de origem para o sistema familiar criado ou da filiação conjugal, estão a raiz de muitos fracassos a curto e em longo prazo.

O fracasso seria caracterizado por não tomar consciência de ser esposo ou esposa substituindo o fato de ser filho ou filha. Ele afirma que uma coisa é casar-se, outra, é sentir-se casado (a). Nesta aparente simplicidade é onde se desenvolvem os conflitos de casais decorrentes de uma inadequada independência da própria família. Ele acrescenta que não é tarefa exclusiva do novo casal, as famílias de origem também precisam modificar-se para favorecer uma adaptação conjugal que não desencadeie inaptações com as famílias originárias.

Carter e McGoldrick (1995) trazem que anteriormente, a definição do relacionamento de um casal costumava ocorrer nas estruturas familiares tradicionais. Atualmente, devido a diferentes transformações na sociedade, as pessoas, por estarem menos apegadas às tradições familiares, sentem-se cada vez mais livres para vivenciarem relações diferentes

das experienciadas nas famílias de origem (CARTER & MCGOLDRICK, 1995; BAUMAN, 2004).

Liberdade essa caracterizada pela escolha do parceiro, por ser considerada a escolha que pode ser feita pela pessoa que irá vivenciar sua vida conjugal com o parceiro escolhido. Contudo, essa liberdade é relativa, pois, está imersa em muitas expectativas sociais, pessoais e familiares e, em especial, motivada por aspectos irreais ou falsas expectativas (ANTON, 1998), sendo influenciada fortemente pelas relações com a família de origem (LIMA, 2010).

Cabe salientar que Carter e os demais autores, pontuam que mesmo se tratando de uma relação complexa onde os indivíduos se envolve com as tradições familiares e culturais, mas, a opção de querer determinada pessoa ou não, é de quem com ela tornará-se casal, porém, compete ressaltar a complexidade envolvida na conjugalidade.

Nesse cenário, verifica-se que, de maneira geral, as relações afetivas estão cada vez mais passageiras (BAUMAN, 2004), sendo a dissolução dos vínculos relacionais do casal cada vez mais frequentes, pela separação conjugal. Consoante Féres-Carneiro (2003), a separação conjugal é um doloroso processo e uma das principais demandas na clínica psicológica.

Anton (2002) acrescenta que a separação conjugal é acompanhada de muitos conflitos que, para serem compreendidos, devem ser vislumbrados à luz da história familiar, pois, são fenômenos que apresentam aspectos trans geracionais.

Portanto, Anton aponta que tanto a escolha do cônjuge quanto a separação do mesmo podem estar imersas em níveis de saúde ou de patologia marcadas por modalidades de vínculos que transitam pelas fronteiras do sistema familiar (ANTON, 2002). Então, além desses “fatores”, existem inúmeras razões objetivas e práticas de separações como: perda do amor, a presença de um relacionamento extraconjugal, falta de comunicação verbal, o esfriamento sexual, as brigas constantes, a interferência dos sogros, a ausência de dedicação ao casamento, e tantos outros que propiciam um desajuste conjugal.

Em contrapartida, quando se busca na literatura os aspectos pessoais envolvidos na separação conjugal, encontram-se estudos realizados por Carter e McGoldrick (2001), os quais sugerem que as mulheres que casam antes dos 20 ou após os 30 anos apresentam uma maior probabilidade de vir a se divorciar. Essas pessoas podem estar respondendo a estresses familiares que tornam mais difícil o processo de união, as que casam mais cedo permitem estar fugindo de suas famílias de origem ou buscando uma família que nunca tiveram.

Portanto, Carter e McGoldrick (2001) destacam que, as mulheres que casam mais tarde podem estar respondendo a um conflito entre casamento e carreira e sua ambivalência em relação à perda de sua independência e identidade num casamento. Em relação aos homens, observaram que um número crescente também parece estar evitando o comprometimento e, prefere viver sozinho a envolver-se na dinâmica que abrange o casamento.

Além disso, entre os aspectos pessoais que contribuem para a separação conjugal, os autores, apontam expectativas delicadas de permanência do casamento, critérios de seleção pouco adequados (GIMENO, 1999), a hipervalorização do individualismo, a busca pela realização pessoal e o maior grau de exigência das mulheres economicamente independentes (GOLDENBERG, 2001). Também identificam maior exigência mútua, não aceitando que o casamento não corresponda às expectativas elevadas (FÉRES-CARNEIRO, 1998), a ascensão do status feminino e o fato de ambos os cônjuges serem igualmente bem-sucedidos (CARTER e MCGOLDRICK, 2001).

As experiências vividas na família de origem também repercutem no êxito ou fracasso do casamento (CONGER, CUI, BRYANT e ELDER, 2000; ZUCKERMAN, 1994). Pessoas provenientes de lares desfeitos apresentam maior propensão às separações e divórcios do que os filhos de pais que permanecem casados (JABLONSKI, 2007).

Nesse sentido, Peck e Manocherian (2001), a partir de várias pesquisas realizadas, relacionaram os fatores etiológicos associados à ausência de estabilidade conjugal, entre eles: idade (esposas com menos de 18 anos, maridos com menos de 20), gravidez pré-marital, instrução (homens com menor escolaridade e mulheres com maior grau escolar), salário (mulher com melhor renda têm melhor probabilidade de se divorciar do que as com baixos salários), emprego (quando o marido tem labuta e proventos instáveis, o casamento corre alto risco), nível socioeconômico (pessoas relativamente desfavorecidas tendem a arriscar-se mais), raça (os casais negros apresentam um índice de divórcio mais elevado do que os brancos e nos casamentos inter-raciais a ameaça é superior) e linha de transmissão Intergeracional (a separação parece ser mais frequente em determinadas famílias, apesar dos estudos de correlação entre a ruptura dos pais e a instabilidade do casal na geração seguinte terem resultados mistos).

Observa-se que os fatores da inexistência de estabilidade apontados nestas investigações estão atrelados ao casamento tradicional, aos papéis de gênero tradicionais, à expectativa do homem como cabeça do casal e provedor da família. As formas habituais de

comportamento de uma parentela nuclear originária, onde os membros dessa descendência seguiam obedientemente aos padrões culturais de gerações passadas (FÉRES-CARNEIRO E MAGALHÃES, 2005).

No que se refere à linha de transmissão intergeracional como um fator etiológico de instabilidade conjugal, os estudos, de fato, no Brasil sugerem que talvez não seja o padrão de divórcio. Porém, os fatores econômicos relacionados a ele o que conduz os filhos a casamentos precoces com parceiros mal escolhidos (FÉRES-CARNEIRO et al., 2006).

Dentre tantas possíveis causas atreladas ao divórcio, Féres-Carneiro (2003) pontua que o grande número de divórcios tem ocorrido devido os cônjuges hipervalorizarem o casamento a ponto de não aceitarem permanecer em uma relação que não corresponda a suas expectativas, a separação refletiria uma exacerbada exigência dos casais. Isso pode explicar porque, geralmente, os divorciados acabam caminhando para o recasamento.

Segundo aponta Zordan (2010), que os homens tendem, após uma separação, a procurar novas relações com mais facilidade e atribui isso ao papel social que é imposto a eles desde a infância. Já as mulheres teriam mais dificuldade em iniciar novas relações após uma (separação) devido ao peso da desilusão sofrida.

Dessa forma, tem-se que a pessoa está imersa e influenciada pelas inter-relações com esses contextos mais amplos. No que tange à pessoa, Zordan (2010), aponta que as expectativas frágeis de permanência no casamento, a hipervalorização do individualismo, a busca de realização pessoal e a independência econômica das mulheres constituem-se como as principais balizadoras da dissolução da conjugalidade, sendo que ainda são as esposas que buscam maior definição em suas relações, demonstrando alta preocupação a respeito do convívio conjugal.

Em decorrência desses fatores, segundo Féres-Carneiro e Neto (2010) apontam que, na grande maioria, as mulheres são quem optam pela separação. O fato de a maioria das separações ser solicitada por mulheres explica o porquê destas apresentarem-se mais aptas a seguirem em frente após uma separação. Já para os homens, que tendem a perceber o casamento associado à constituição de família, a vivência da separação costuma ser um processo imerso em maiores níveis de sofrimento, pois, o descasamento, nesses casos, representa não apenas a dissolução da conjugalidade, mas também da família.

4. TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA E DE CASAL

A terapia familiar é um método psicoterapêutico que utiliza como meio de intervenção em sessões conjuntas com os diversos elementos de um sistema parental. No que tange à terapia familiar, Sampaio (1984) pontua que não é uma psicoterapia do grupo familiar, mas com a família, isto é, diz respeito sobretudo, a um modelo de trabalho parental, não estando nos seus propósitos adaptarem famílias a uma definição preestabelecida.

A terapia de casal pode ser vista como um caso particular de psicoterapia familiar. As indicações de terapia de casal, para Lemaire (1982), estão sobretudo, relacionadas a certos modelos de funcionamento conjugal onde as codificações tornaram-se mais complexas entre os cônjuges que, ou funcionam de um modo simbiótico, ou, ao contrário, defendem-se intensamente de tudo que poderia ser uma ameaça de ação simbiótica.

Em razão da complexidade relacional do casal, muitas vezes passa despercebido pelas pessoas que a crise de um dos parceiros é, na verdade, um problema a ser encarado por ambos. Afinal, a relação de casal é dinâmica e está sempre em uma contínua construção, tanto do convívio a dois quanto como indivíduos. Para isso, muitas vezes é necessário “abrir espaço para um pedido de ajuda e, também, oportunidade para que surjam possíveis modificações de atitude: aceitar, decidir, ressignificar, negociar”. (PONTES, 2006, p.56).

Na perspectiva de Haley (apud Miermont, 1994), para acompanhamento psicoterápico, aconselha-se a terapia conjunta do casal nas seguintes situações: quando um dos cônjuges apresenta uma sintomatologia que não é possível ser tratado fora do contexto conjugal; quando o parceiro é inapto a realizar intervenção individual, devido à pobreza das informações apresentadas; quando o marido e a mulher está em período de crise; quando os sintomas de um dos parceiros coincidem com ocorrência de conflito marital; quando a cura de um dos membros tem chances de provocar o surgimento sintomatológico no outro, ou uma mudança tão grande que torna inevitável o divórcio.

Na terapia familiar, o conceito de família é usado em sentido lato, englobando todos os elementos significativos do contexto em que se foca a intervenção. O contexto familiar é focado por ser possível intervir com as famílias e também por considerar que a família é uma unidade vital e duradoura e que reconhece a importância do indivíduo. Devido aos laços biológicos e emocionais que a caracterizam e as regras especificam que governam as suas relações.

Machado (2012) afirma que a terapia familiar sistêmica baseia a sua intervenção na família enquanto sistema, compostos por elementos que possuem relações de interdependência entre si e que promovem o desenvolvimento uns dos outros.

De acordo com Guntern (1982), pode resumir os princípios fundamentais da terapia familiar sistêmica em:

Família é um sistema aberto, em relação dinâmica com a comunidade circundante. Através de duas tendências fundamentais: a tendência para a homeostasia, através da qual mantêm o seu equilíbrio; e a propensão para a transformação, pela qual o grupo familiar desenvolve processos de adaptação e mudança no decurso das suas crises regulares (formação do casal, nascimento dos filhos, adolescência e saída de casa destes, velhice, morte, etc.). Existem famílias dotadas de grande tendência homeostática e pequena capacidade de transformação que justamente não são capazes de modificar seu modo de funcionamento e propiciam o terreno frágil para a formação de sintomas psicológicos. Os subsistemas dentro da família (por exemplo, o subsistema parental) são definidos pelos seus limites e existem regras de funcionamento intrafamiliares que decidem as tarefas.

A família é vista como um sistema equilibrado e o que mantém este equilíbrio são protocolo de funcionamento familiar. Quando, por algum motivo, estes protocolos são quebrados, entram em ação meta-regras, são normas que foram impostas anteriormente, para restabelecer o equilíbrio perdido. A terapia desenvolvida a partir deste enfoque enfatiza a mudança no sistema familiar, sobretudo pela reorganização da comunicação entre os membros da família. (GUNTERN,1982).

Portanto, para Guntern (1982) o sistema familiar, como parte de um grande conjunto, é influenciado pelas mudanças na sociedade. Muitas das mudanças que ocorreram na configuração familiar foram facilitadas pelas vitórias da mulher, conquistas estas que colocaram em questão a estrutura tradicional, na qual o homem era a figura de autoridade. As mulheres lutavam para ter mais autonomia para tomarem suas próprias decisões, e foi exatamente a partir daí que se tornou possível pensar em novos arranjos familiares.

No entanto, na perspectiva de Carneiro (1996), o passado é abandonado como questão central, pois, o foco de atenção é o modo comunicacional no momento atual. A unidade terapêutica se desloca de duas pessoas para três ou mais à medida que a família é concebida como tendo uma organização e uma estrutura. É dada uma ênfase a analogias de uma parte do sistema com relação a outras partes, de modo que a comunicação analógica é mais enfatizada que a digital.

Carneiro ainda ressalta que os terapeutas sistêmicos se abstêm de fazer interpretações na medida em que assumem que novas experiências — no sentido de um novo comportamento que provoque modificações no sistema familiar — é que geram mudanças. Neste sentido são usadas prescrições nas sessões terapêuticas para mudar padrões de comunicação, e determinação, fora dos encontros, com a preocupação de encorajar uma série de comportamentos comunicacionais no grupo familiar. Há certa concentração no problema presente, mas este não é considerado apenas como um sintoma.

Quando existe um elemento portador de um sintoma psicológico, deve ser considerado no seu contexto familiar e social, como sinal de uma instabilidade no sistema. Este elemento é tratado em sessões conjuntas com a sua família e/ou elementos significativos do seu universo relacional. Como foi afirmado anteriormente não se trata de uma terapia individual perturbada pela presença de outras pessoas, porque a epistemologia usada deve ser radicalmente diferente; (BLOCH & RAMBO, (1995/1998); NICHOLS & SCHWARTZ, 2007).

Esses conceitos se mantiveram como referência em todas as discussões e avanços teóricos posteriores por Bloch & Rambo, (1995/1998); Nichols e Schwartz, (2007). Nesse ponto, vale ressaltar uma formulação teórica inicial que sempre teve grande influência sobre a interpretação da dinâmica familiar, que é a função do sintoma. O surgimento de um sintoma em um membro da família pode ter uma função estabilizadora de um movimento de mudança iminente, restabelecendo, assim, uma homeostase (equilíbrio) anterior.

O comportamento sintomático é visto como uma resposta necessária e apropriada ao proceder à comunicação que o provocou dano psicológico a família e ao sistema como todo. (MACHADO, 2012).

Assim, o sintoma teria uma função homeostática, que fez com que se buscasse olhar o fenômeno muito além da queixa individual. Poderíamos dizer que o sintoma beneficiaria a interação familiar (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007). Deste modo, Neuburger (1988) resumiu essa posição numa sentença: um membro familiar tem um sintoma, ele pertence à família.

Conforme Neuburger (1988), essa perspectiva conceitual, no momento atual, está bastante desgastado devido ao estabelecimento de uma relação causal e competitiva entre o aparecimento do sintoma e sua função reguladora pode levar a uma posição antagônica do terapeuta e da família. O terapeuta, hoje, está mais preocupado em alcançar uma relação mais colaborativa com o sistema.

Neste sentido, a terapia boweniana, trabalha no propósito de diminuir o foco nos sintomas e aprofundar a dinâmica processual familiar. Uma função significativa terapêutica é favorecer os familiares a valorizar o caminho da auto-descoberta. Portanto, Bowen (1976) defende que o relacionamento humano é estimulado por duas forças que se equilibram: a individualidade e a proximidade. A dificuldade acontece quando a família fica polarizada em um desses fatores.

São observados nos processos terapêuticos fatores tais como : diferenciação do “eu” (comentado acima), triângulos emocionais (os quais Bowen deu bastante atenção e também reforça o cuidado ao terapeuta para não ser triangulado pela família), processo emocional da familiar nuclear, método de projeção parental, procedimento de transmissão multigeracional, posição do nascimento dos irmãos, rompimento do processamento afetivo e societário.

Na terapia familiar boweniana podemos dizer que um dos seus principais objetivos gerais, é trazer a oportunidade às pessoas de aprenderem mais sobre si mesmas e seus relacionamentos para que possam assumir as responsabilidades pelos seus atos.

Desta forma, Bowen (1976) acrescenta que é necessária muita atenção ao processo e a estrutura familiar. Os processos dizem respeito aos padrões de reatividade emocional e a estrutura à rede interligada de triângulos. Mais especificamente, na terapia de casal, os objetivos centrais têm como base melhorar o foco no “eu”, diminuir a reatividade emocional e modificar os padrões disfuncionais.

A Terapia Familiar de Bowen auxilia os familiares e cônjuges a enfrentarem seus limites e possibilidades, avaliando-os mediante perguntas reflexivas, investindo em instrumental técnico como o uso do genograma. Para Bowen esta é uma das formas de avaliação na terapia. (Bowen valoriza as heranças familiares e as suas influências na família).

5. CONTRIBUIÇÕES DA VISÃO SISTÊMICA PARA COMPREENSÃO DA SEPARAÇÃO CONJUGAL NO CONTEXTO FAMILIAR

Como referido no início deste escrito conforme (Ahrns, 2007; Carter e McGoldrick, 1980/1995; Fonseca, 2004), a família é o primeiro contexto no qual o indivíduo é inserido, e é nela que aprenderá as primeiras noções de relações sociais, sendo tal ambiente capaz de contribuir para o crescimento e desenvolvimento social de cada membro.

A família é também o primeiro sistema de apoio no universo de serviços e suportes para os indivíduos, ou seja, para os seus membros. Sabe-se no momento atual o universo familiar dos membros da família vai muito além da interação mãe-filho, dado que envolve os pais, irmãos, avós e outros agentes sociais (MINUCHIN, 1990; MINUCHIN et al., 1999).

Contudo, Bauman, (2004) esclarece que, diante dessas interações com outros sistemas e/ou agentes sociais, os membros da família fizeram novas conquistas, novos papéis assumidos por ambos os cônjuges, na sociedade moderna, se tornam mais consumistas e individualizados e produz grandes dificuldades de relacionamento entre os parceiros, os familiares e as pessoas, em geral (BAUMAN, 2004). Diante disso, as pessoas se sentem desligadas umas das outras e, assim, desejam relacionar-se. Contudo, como esclarece o autor, os relacionamentos não têm garantia de permanência, e podem haver (mudanças) ou ser desfeitos a qualquer momento e por diversas vezes.

Vale ressaltar que a família se constitui como um sistema aberto e dinâmico que se transforma continuamente de acordo com as exigências. Esse entendimento de família como sistema, já antecipa a relevante contribuição da teoria sistêmica na compreensão do funcionamento da familiar. Sendo assim, entende-se que, além da família garantir a sobrevivência e o crescimento psicossocial de seus membros, é um suporte para os cônjuges no momento da separação (MINUCHIN, 1990; MINUCHIN et al., 1999).

Portanto, a família é também um sistema dinâmico e ativo, pois, está em constante mudança para se adaptar às circunstâncias históricas e sociais e aos estágios de transição que fazem parte do seu desenvolvimento, conforme comentado anteriormente, segundo aponta Guntern (1982). O sistema familiar possui uma organização e uma estrutura singular, além de padrões de interação e propriedades, capazes de organizar a estabilidade e a mudança de forma equilibrada.

Desta forma, ainda segundo o autor, a família é constituída por subsistemas ou microsistemas que estão inseridos em sistemas mais amplos, os quais passam por estágios.

Logo os estágios de transição, também chamados de ciclos de vida familiar, dizem respeito às mudanças que a família atravessa ao longo do tempo.

São estágios e transições previsíveis, relacionados a idas e vindas dos membros no sistema marcado por eventos, tais como casamento, nascimento, educação dos filhos, desemprego e novo emprego, além de incapacidades físicas e psicológicas, saída da prole do lar, aposentadoria, mudanças de hábito e estilo de vida, e ainda, divórcio, doença e morte de entes queridos, mudança de domicílio, e violência familiar (GUNTERN, 1982).

A visão sistêmica passa a contribuir a partir desse discurso da família como sistema e seus estágios, onde há entrada e saída de seus membros. Carter e McGoldrick (1980/1995) apontam que a exemplo disto, a separação de um casal quando mal conduzida pode desagregar toda a família e extinguir relacionamentos futuros. Diante disto, uma ajuda especializada de operadores como o psicoterapeuta, não é apenas bem-vinda, mas crucial para a retomada do ciclo de crescimento das famílias.

Ademais, a família é vista como um sistema equilibrado, logo, o que mantém este equilíbrio são normas de funcionamento familiar. Quando por algum motivo estas regras são quebradas, entram em ação (regimes) anteriores para restabelecer o equilíbrio perdido. (GUNTERN,1982). A relação de casal, falando especificamente, é também uma convivência dinâmica, conforme descrito neste capítulo, e está sempre em construção. Tanto do convívio a dois quanto como indivíduos, conforme afirma Sampaio (1984), neste ponto, a terapia tem contribuído de diversas formas para ajudar no restabelecimento de equilíbrio na relação de casal, como também da família.

Finalmente, identifica-se, nos resultados dos estudos desta revisão da literatura científica, importantes contribuições da visão sistêmica para a compreensão da separação conjugal. A literatura aponta que a terapia é desenvolvida a partir deste enfoque, enfatizando a mudança no sistema familiar, sobretudo, pela reorganização da comunicação entre os membros da família. Por isto, muitas vezes quando a família apresenta sintomas de que não está indo bem, é necessário “abrir espaço para um pedido de ajuda e, também, oportunidade para que surjam possíveis modificações de atitude: aceitar, decidir, ressignificar, negociar” (NICHOLS & SCHWARTZ, 2006/2007).

Os conceitos a respeito de sintoma se mantiveram como referência em todas as discussões e avanços teóricos anteriores. Nesse ponto, é importante lembrar a chamada “função do sintoma”, surge a partir dos sinais que podem ou não equilibrar a família, que é

uma formulação teórica inicial que sempre teve grande influência sobre a interpretação da dinâmica familiar (NEUBURGER, 1984).

Neste sentido, o surgimento de um sintoma em um membro da família, pode ter uma função estabilizadora de um movimento de mudança iminente, restabelecendo assim, uma homeostase (equilíbrio) anterior. (GUNTERN, 1982).

Desta forma, é fundamental muita atenção ao processo e a estrutura familiar, e sua história ao longo das alterações, pois, o percurso diz respeito aos padrões de reatividade emocional e o suporte à rede interligada Bowen, (1976) tem contribuído com os processos, que dizem observação aos modelos de respostas emotivas e o molde ao conjunto relacionado.

Assim, diante dos processos emocionais, a T. F. de Bowen (1976) tem como principais objetivos gerais, trazer a oportunidade às pessoas de aprenderem mais sobre si mesmas e seus relacionamentos para que possam assumir as responsabilidades pelos seus atos. Mais especificamente, na terapia de casal, os objetivos centrais têm como base melhorar o foco nos cônjuges, diminuir a reação emocional e modificar os padrões disfuncionais.

Sendo assim, ainda segundo Bowen (1976), auxiliar os familiares e cônjuges a enfrentarem seus limites e possibilidades, avaliando-os mediante pergunta reflexiva, investindo em instrumental técnico como o uso do genograma.

A proposta desse trabalho está sobretudo, articulada com a abordagem sistêmica que foi relevante não só para as relações familiares. Sobretudo para a Terapia Familiar, como também contribuiu no estudo da família de maneira ampla, buscando as mais diversas formas de contribuição para a construção do conhecimento do grupo parental como sistema (GUNTERN,1982).

Espera-se que este trabalho contribua para a compreensão do ciclo de desenvolvimento familiar e das possibilidades de intervenção junto a famílias e casais que se encontram vulneráveis diante de momentos de transição.

As pesquisas em psicoterapia de casal apresentaram também pontos comuns entre si e com os estudos que enfocam as relações e os conflitos conjugais. Por um lado, há consenso sobre o papel da comunicação, da empatia, do perdão, do apoio mútuo, da confiança e da resolução de conflitos na conjugalidade. Esses fatores são fundamentais para a compreensão do fenômeno, sendo que os terapeutas devem estar atentos a forma como são expressas pelos casais no setting terapêutico.

A adoção da Perspectiva Sistêmica implica em entender a família como um sistema complexo, composto por vários subsistemas que se influenciam mutuamente, tais como o

conjugal e o parental (Kreppner, 2000). O estudo de Costa (2010) destaca os momentos cruciais da construção teórico-metodológica que caracterizaram o início da Terapia de Família e marcaram seu desenvolvimento.

Realizar intervenções de modo a modificar os padrões de interação disfuncionais tem se mostrado benéfico, pois, ao desenvolver formas de relacionamento mais funcionais, o sistema se mostra mais saudável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo mostrar através de teses da literatura científica, a separação conjugal e familiar em seus diversos contextos. Destacando a relevância da intervenção terapêutica conjugal para o aprimoramento da comunicação, da empatia, da capacidade de perdoar, apoiar e confiar, nas relações entre casais, tendo como suporte psicoterápico o desenvolvimento de estratégias de resolução de conflitos relacionais, comprovados por pesquisas bibliográficas.

Tendo em vista a relevância da família na vida do indivíduo, e de todo o transcurso de transformação na existência adulta pela qual o ser humano passa. Concluímos que o grupo familiar é um fator essencial para o desenvolvimento do caráter, o que implica no perfil de pessoa que seremos perante a sociedade. Os valores morais que são passados de geração em geração, transcendem até mesmo na formação acadêmica.

É no meio familiar que o indivíduo tem seus primeiros contatos com o mundo externo, apresentam suas primeiras noções de relacionamentos interpessoais, profissionais, amorosos, parentais e dos processos de relacionamento conjugal. Considerando a família em sua essência, quando há uma ruptura desta, causa um desajuste emocional, fazendo com que a pessoa perca suas referências, o que implica na mudança de seu comportamento em suas futuras relações. Destaca-se a importância de compreender a situação trazida pela separação conjugal, resgatando a partir de um olhar que contemple sua história (LEITE; GOMES, 2008, p. 05).

O suporte bibliográfico permitiu identificar aspectos relevantes que influenciam as transformações no sistema familiar que acompanham o tema, tais como: conflitos conjugais, dissensões familiares, a insegurança no relacionamento com o outro, o medo do novo e, ao mesmo tempo, algum desejo como, realização pessoal e os avanços no que se refere às novas posições da mulher.

Considerando a terapia familiar como paliativo nos conflitos conjugais, em busca de uma melhor compreensão da situação do outro na relação. Com efeito, Osório (2013) afirma que é este resgate que possivelmente assegura o melhor aproveitamento das potencialidades do indivíduo, pois, os cônjuges enfrentam seus limites e possibilidades, fazendo uma avaliação mútua mediante perguntas reflexivas, criando uma sociedade mais harmônica e promotora de bem-estar coletivo, e familiar.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. (1987). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- ANTON, I. C. (2002). **Homem e mulher: seus vínculos secretos**. Porto Alegre: Artmed Editora.
- BAUMAN, Z. (2004). **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BARRETO, Adalberto de Paula. **Terapia Comunitária: passo a passo**. 3. ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.
- BERTHOUD, C. M. E., & Bergami, N. B. B. (1997). Família em fase de aquisição. In C. M. O. Cerveny, & C. M. E. Berthoud (Eds.). *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa* (pp. 47-75).
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 233-239.
- BOWEN, E. (1976). Principles and techniques of multiple Family therapy. Em P. Guerin Jr. (Ed.), *Family therapy: Theory and practice* (pp. 388-404). New York: Gardner.
- BLOCH, D. A., & Rambo, A. (1998). O início da terapia familiar: temas e pessoas. Em M. Elkaïm (Org.), *Panorama das terapias familiares*, Vol. 1 (E. C. Heller, Trad.) (pp. 17-56). São Paulo: Summus. (Trabalho original publicado em 1995)
- CARUSO, I. (1989). **A separação dos amantes**. São Paulo: Diadorim Cortez. (Texto original publicado em 1968).
- CANO, Débora Staub et al. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 22, n. 2, p. 214-222, 2009.
- CARNEIRO, T. F. Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 16, n. 1, p. 38-42, 1996.
http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16785/16785_3.PDF
- CARTER, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* [2ed.]. Porto Alegre: Artmed.
- CARTER, B., & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- CÉZAR-FERREIRA, V. A. M. Da pertinência da interdisciplinaridade nas questões de família. *Revista Direito de Família e Ciências Humanas*, São Paulo, 1995, p. 165-176.

CONGER, R., Cui, M., Bryant C. M., & Elder, G.H. (2000). Competence in early adult romantic relationships: a developmental perspective on family influences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(1), 224-237.

DESSEN, M. A. & Braz, M. P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 113-131). Porto Alegre: Artmed.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 118 p.

DINIZ NETO, O., & Feres-Carneiro, T. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais – revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 20(46), 269-278.

FABRINO, Verônica Noel. **Afetividade e base familiar: norteadores da formação da personalidade**. São Mateus: UNISAM /Faculdade Norte Capixaba de São Mateus, 2012.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

CARNEIRO, Terezinha Féres. Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 16, n. 1, p. 38-42, 1996.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1998). **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394.

FÉRES-CARNEIRO, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374.

FÉRES-CARNEIRO, T. & Magalhães, A. S. (2005). Conjugalidade dos pais e projeto dos Filhos Frente Ao Laço Conjugal. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família E Casal: Efeitos da contemporaneidade*, (pp. 111-121). Rio de Janeiro: EDUPUC-Rio.

FÉRES-CARNEIRO, T., Magalhães, A., & Ziviani, C. (2006). Conyugalidad de los padres y proyectos de vida de los hijos frente al matrimonio. *Cultura y Educación*, 18(1), 95-108.

FRÁGUAS, A.M. Terapia de casal quando um cônjuge está em depressão. In: COLOMBO, S.F. Gritos e Sussurros: Interseções e ressonâncias, trabalhando com casais. Volume I. São Paulo: Vetor, 2006. P. 189-196

GALANO, M.M. (2006). Família e história: a história da família. Em C. M. Cerveny e C. M. E. Berthoud, (Orgs.), *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa* (pp. 115-148). São Paulo: Casa do Psicólogo.

GILL, Peter MW; RADOM, Leo. Structures and stabilities of singly charged three-electron hemibonded systems and their hydrogen-bonded isomers. **Journal of the American Chemical Society**, v. 110, n. 15, p. 4931-4941, 1988.

GIMENO, A. (1999). La família: el desafío de la diversidad. Barcelona: Ariel.

GIL, A. C. (1991). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 5, 64-73.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. *São Paulo*, 2002. 5, 61.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. (2001). Sobre a transformação no casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), 89- 104.

GOMES, Tarcisa Bezerra; DOS SANTOS, João Bosco Feitosa. Dilemas e vicissitudes de famílias em situação de vulnerabilidade social no contexto da desinstitucionalização psiquiátrica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, 2016.

GUNTERN, O. La revolution copernicienne en psychothéra pie. *Thérapie Familiale*. 1982; 3: 21-64.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Comp.). **Estatística**: índice de divórcio de 2004 até 2014. 2015. Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/em-10-anos-taxa-de-divorcios-cresce-mais-de-160-no-pais>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2007: Vol. 21. Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, RJ: Autor. (Acesso em: 30 de outubro de 2015).

JABLONSKI, B. (2007). **O cotidiano do casamento contemporâneo**: a difícil e conflituosa divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In T. FÉRES-Carneiro (org.), **Família e casal**: saúde, trabalho, modos de vinculação, (pp. 203-228). São Paulo: Casa do Psicólogo.

LEITE, Eliane Gonçalves. GOMES, Haydê Morgana Gonçalves. **O papel da família e da escola na aprendizagem escolar** : Uma análise na Escola Municipal José Teobaldo de Azevedo no Município de Limoeiro-PE. Pernambuco, 2008.

LEMAIRE, J. (1982). Thérapie familiale et thérapie de couple: convergences et divergences. *Dialogue: recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille*, 75, 29-40.

LEVY, S.J. (2005). Cansados de guerra: um estudo clínico sobre a co-autoria na violência familiar. Dissertação não publicada, Mestrado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 219p

LOPES, O. U. Pesquisa básica versus pesquisa aplicada. *Estud. Av.* [online]. 1991, vol. 5, n.13, pp.219-221. Disponível.

LIMA, G. Q. (2010). História de vida e escolha conjugal em mulheres que sofrem de violência doméstica. (Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)

MACHADO, Mónica. Compreender a terapia familiar. Psicologia PT. O Portal dos Psicólogos [Acedido em 27 de julho de 2015 em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0626.pdf>, 2012.

MENEZES, C. *A transição para o casamento*. 271 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS, 2006.

MIERMONT, J. (Org.). *Dicionário de Terapias Familiares: Teoria e Prática*. Tradução de Carlos Arturo Molina-Loza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

MINUCHIN, S. 1990. *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 286.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. 1999. *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 230.

MONTEIRO, M. F. G. (1998). Saúde reprodutiva. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: a base de tudo* (pp. 172-183). São Paulo: Cortez.

MORAES MLQ. **A estrutura contemporânea da família**. In: Comparato MCM, Monteiro DSF, orgs. *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. Vol. I Família e sociedade: diálogos interdisciplinares São Paulo: Casa do Psicólogo;2001. p.17-25.

NICHOLS, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). A terapia familiar sistêmica de Bower. In M. P. Nichols, & R. C. Schwartz (Eds.), *Terapia familiar: Conceitos e métodos* (pp. 129-156). Porto Alegre: Artmed.

NEUBURGER, R. (1988). *L'Irrationnel dans le Couple et la Famille*. Paris: ESF.

NOLASCO, S. (2001). Cultura brasileira, patriarcado e gênero. In Z. M. M. Biasoli-Alves & R. Fischmann (Orgs.), *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância* (pp. 95-107). São Paulo: EDUSP.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Como Trabalhar com Sistemas Humanos**: grupos, casais e famílias, empresas. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PAPALIA, D., Olds, S. & Feldman, R. (2006). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed.

PONTES, M.N. Terapia de casal: coerência de histórias. In: COLOMBO, S.F. Gritos e Sussurros: Interseções e ressonâncias, trabalhando com casais. Volume I. São Paulo: Vetor, 2006. P. 55-64.

PECK, S. J.; MANOCHERIAN, J. R. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PUGA, V. L. (2007). **Casar e separar: dilema social histórico**. Esboços, 17, 157-172.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Family and adolescence: the influence of the family context on its members' psychological development. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007.

ROSSI, M.; Kühl S. et al. **Satisfação conjugal na contemporaneidade: um estudo a partir de relatos veiculados na rede social Orkut**. 2011.

ROUDINESCO, E. A família em desordem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

RÍOS González, J. A. (2005). **Los ciclos vitales de la familia y la pareja**. Madrid: CCS.

SAWAIA, Bader B. **Família e Afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades**. In: ACOSTA, A.; VITALE, M., (Orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008. Instituto de Estudos Especiais –PUC/SP.

SAMPAIO, D. **Terapia familiar sistêmica: um novo conceito, uma nova prática**. Revista de Exemplo, v. 5, n. 2, p. 67-70, 1984.

SIMIONATO-TOZO, S. M. P., & Biasoli-Alves, Z. M. M. (1998). O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, 8, 137-150.

SINGLY, F. (1988). Un drôle de je: le moi conjugal. *Dialogue*, 102(4), 3-5.

SCHABELL, Corinna. Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. **Psicologia: teoria e prática**, v. 7, n. 1, p. 13-20, 2005.

TURNER, L. H.; WEST, R. Communicating conflict, power, and violence. In: TURNER, L. H.; WEST, R. (Org.), **Perspectives on family communication**. Mountain View, CA: Mayfield Publishing Company, 1998, p. 133-165.

TRENTIN, T. C. (2014). "As Relações Familiares E O Processo De Separação Conjugal No Escritório Modelo De Advocacia–Ema, Sob O Olhar Do Serviço Social." *Santa Catarina*.

TRINDADE, H. (2001). As universidades frente à estratégia do governo. In H. Trindade (Org.), *Universidade em ruínas: na república dos professores* (pp. 27-37). Petrópolis, RJ: Vozes.

TORRES, Cláudio V.; DESSEN, Maria Auxiliadora. Brazilian culture, family, and its ethnic-cultural variety. **Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies**, v. 12, n. 1, p. 189-202, 2008.

WAGNER, A., & Féres-Carneiro, T. (2000). O recasamento e a representação gráfica da família. *Temas em Psicologia da SBP*, 8(1), 11-19.

WILLI, J. (1995). A construção diádica da realidade. In M. Andolfi, C. Angelo & C. Saccu (Orgs.), *O casal em crise* (pp. 15-27). São Paulo: Summus.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rocco, 1994.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

VIEIRA, F. B. (1998). *Verso e reverso das mudanças nas famílias de camadas médias no DF*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

VISHER, E., & VISHER, J. S. (1988). *Old loyalties, new ties*. New York: Brunner/Mazel.

ZORDAN, E. P. (2010). **A separação conjugal na contemporaneidade**: motivos circunstâncias e contextos. (Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)

ZUCKERMAN, Marvin. *Impulsive unsocialized sensation seeking: The biological foundations of a basic dimension of personality*. 1994.